



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA SEGURANÇA
PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Notas Explicativas

Enfoque no Balanço da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará

Julho de 2023

1. NOTAS EXPLICATIVAS

1.1 Notas Explicativas de Caráter Geral

1.1.1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e Evidenciação das Políticas Contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas neste Balanço Geral da SSPDS foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, ao novo Plano de contas Aplicado ao Setor Público, conforme o disposto no inciso II do art. 1º da Portaria MF nº 184, de 25 de agosto de 2008, em conformidade com os princípios da Administração Pública, com as Leis de finanças e orçamento público, com as normas e princípios contábeis, e com as disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Complementar nº 101/00.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, art. 101, “os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, além de outros quadros demonstrativos”. A execução orçamentária do Estado do Ceará apresenta a origem e a destinação dos recursos identificados por fonte, segundo o seu fato gerador e aplicação. As fontes são codificadas individualmente e, gerencialmente, por grupo de fontes como: do tesouro, de convênios, de operações de crédito etc.

Importante esclarecer que as transações das receitas e das despesas foram realizadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04.05.2001 e alterações posteriores. As despesas da modalidade 91 são aquelas de Aplicação Direta decorrentes de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e, ainda, despesas orçamentárias de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o recebedor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de Governo. Quando da apropriação da obrigação em um órgão ocorre uma despesa intraorçamentária que, no momento do recebimento em outro órgão, registra uma receita intraorçamentária.

Os instrumentos legais de orientação para as regras e procedimentos contábeis do exercício de 2022 são a Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN /SPREV/ME/MTP nº 119, todas de 04 de novembro de 2021 e a Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021, que aprovaram a 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, e também a Portaria STN nº 924, de 08 de julho de 2021, que aprovou a 12ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, válida para o exercício de 2022.

As **estruturas** e a **composição** das demonstrações contábeis estão de acordo com o MCASP 8ª edição, donde são elencadas as seguintes demonstrações:

- Balanço Orçamentário;

- Balanço Financeiro;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Notas Explicativas.

Quanto à **emissão** de informações e a **padronização** de documentos de natureza contábil, a partir do exercício de 2022, o Governo do Estado do Ceará implantou o Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Ceará (SiafeCe), que **gera**, por meio dos registros contábeis lançados pelo Ente Jurisdicionado durante o período anual calendário, a emissão dos relatórios das demonstrações contábeis relativos aos anexos 12, 13, 14 e 15 da Lei nº 4.320/64, que correspondem aos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Variações Patrimoniais, respectivamente. Gera também o anexo 1 - Demonstração dos Ingressos e Dispendios por Categoria Econômica, Anexo 10 - Comparativo dos Ingressos Orçados com os Arrecadados e o Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante da referida Lei e que também compõem a prestação de contas do governo.

1.1.2 Processo de Convergência e Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Portaria STN nº 548/2015 estabeleceu **prazos-limite** de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas nacionais, conforme seu Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP).

1.1.3 Padronização dos Registros Contábeis e Plano de Contas.

A **padronização** dos registros contábeis da Secretaria de Segurança Pública foi feita com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público estendido.

1.1.4 Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a **moeda** funcional do país. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. No que tange aos **extratos bancários** os mesmos são apresentados em **formato** PDF e TXT, bem como são oriundos dos aplicativos disponibilizados pelo Caixa Econômica Federal (**GOVCONTA**), ou na ausência, solicitado **diretamente** as agências bancárias. Vale salientar que é possível observar a *mensagem* “Conta sem movimentação no mês ou carga não processadas” em alguns extratos bancários de determinados períodos, os quais a CEF informou se tratar de período sem movimentação.

1.2 Resumo das Principais Práticas Contábeis

1.2.1 Caixa e Equivalente de Caixa

Incluem as **contas de depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata**. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. No que tange aos extratos bancários, são apresentados em formato PDF e TXT, bem como, são oriundos dos aplicativos disponibilizados pelo Caixa Econômica Federal (**GOVCONTA**), ou na ausência, solicitado **diretamente** as agências bancárias. Vale salientar que é possível observar a mensagem “*não disponível no SIHEX*” em alguns extratos bancários de determinados períodos, os quais a CEF informou se tratar de período sem movimentação.

1.2.4 Estoques

Os estoques são demonstrados ao **custo médio** de produção, aquisição ou valor de mercado, entre esses o menor.

1.2.5 Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção.

1.2.6 Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição.

1.2.7 Depreciação, Amortização e Exaustão

A depreciação, amortização, exaustão de bens do Poder Executivo são feitas conforme a tabela de depreciação estabelecida no Decreto Estadual nº 31.340/2013 e alterações posteriores.

1.2.8 Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações da SSPDS são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

1.2.9 Restos a Pagar

As inscrições de restos a pagar processados e não processados são válidas por 2 (dois) anos, sendo canceladas automaticamente após esse período. Assim, os restos a pagar provenientes do exercício de 2020 foram cancelados ao final deste exercício 2022 e, análise, conforme a Lei nº 11.714, de 25 de julho de 1990.

1.2.10 Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários

O crédito orçamentário referente às retenções foi considerado pago no momento da liquidação **até o final do exercício de 2021**. A partir do calendário 2022, com a implantação do SiafeCe, as retenções passaram a seguir o **fluxo orçamentário sob nova perspectiva**, qual seja, considerando que as obrigações com os credores das despesas e os credores das retenções são quitadas no momento dos seus respectivos desembolsos financeiros.

1.2.11 Liberação de Recursos de Fonte Tesouro (SEFAZ-CE)

Os recursos de Fonte Tesouro **Estadual**, centralizados na **Conta do Única do Tesouro Estadual**, são liberados de forma automática somente no momento do pagamento. Em 2022, as Contas gráficas de Gestão deixaram de ser utilizadas como contas intermediárias para recebimentos de recursos do Tesouro no momento do efetivo desembolso dos pagamentos. Com a implantação do SiafeCe, esse controle é realizado por meio da conta contábil 111122001 – Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. Sendo assim, não há trânsito do recurso por contas bancárias intermediárias e o saque do recurso pela Unidade Gestora Jurisdicionada é feito no limite autorizado, conforme dados da PD (Programação de Desembolso), **diretamente da Conta do Tesouro no momento da emissão das Ordens Bancárias (OB)** e efetuadas ao credor beneficiário da liquidação. **Esse controle funciona para todas as contas de bancárias de fonte Tesouro**, haja vista padronização que alcança todos os Entes da Administração Pública do Estado, motivo pelo qual, destaca-se pelo impacto efetivo nas contas do Órgão Executor.

Complementarmente, ainda sobre os aspectos formais inerentes à rotina acima exposta, trata-se da **Lei de Conta Única**, donde destacamos parte de sua composição que prevê, in verbis:

LEI Nº16.320, 11 de setembro 2017. INSTITUI NOVO SISTEMA FINANCEIRO DE CONTA ÚNICA NO ÂMBITO DO ESTADO DO CEARÁ.

*“Art. 1º Fica instituído o novo Sistema Financeiro de **Conta Única** como instrumento de **gerenciamento de todos os recursos e aplicações financeiras no âmbito dos órgãos públicos estaduais** da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista dependentes, entidades descentralizadas e fundos especiais, desde que sejam destinadas às instituições financeiras oficiais com dotação à conta do Orçamento Geral do Estado.*

*§ 1º A **operacionalização** do Sistema Financeiro de Conta Única será efetuada por intermédio de instituições financeiras oficiais **contratadas pela Secretaria da Fazenda** para essa finalidade.”*

...

“Art. 2º O Sistema Financeiro de Conta Única será constituído de uma conta corrente, denominada Conta

Única, **titulada pela Secretaria da Fazenda**, e de contas correntes subordinadas, denominadas subcontas, de titularidade dos órgãos referidos no art. 1º desta Lei.

...

§ 1º **Enquanto não utilizados para o fim a que se destinam, os recursos constituirão disponibilidade financeira na conta centralizadora** junto à instituição bancária detentora do Sistema Financeiro de Conta Única e serão utilizados de acordo com a programação financeira e cronograma mensal de desembolso, conforme disciplina o art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.”

...

“Art. 3º **Serão objeto de centralização, no Sistema Financeiro de Conta Única, os recursos orçamentários e extraorçamentários do Estado...**”

...

“Art. 4º **Cada Órgão** ou Entidade integrante do Sistema Financeiro de Conta Única **manterá uma Conta de Gestão para pagamentos**, via meio eletrônico, movimentações financeiras, transferências e receitas diretamente arrecadadas, no caso da Administração Indireta.

Parágrafo único. Entende-se por **Conta de Gestão a conta corrente bancária de titularidade do órgão ou entidade**, integrante do Sistema Financeiro de Conta Única, na instituição financeira que o detenha.”

...

“Art. 7º **Compete à Secretaria da Fazenda** a gestão e o controle das execuções inerentes à administração orçamentária e financeira no âmbito do Poder Público Estadual, compreendendo a implantação e a operação dos mecanismos e instrumentos de gerência dos recursos monetários do Sistema Financeiro de Conta Única.”

...

*“Art. 8º A abertura e o desdobramento de contas bancárias, em nome das instituições referidas no art. 1º, desta Lei, serão efetuados mediante **autorização expressa da Secretaria da Fazenda**, para fins de realização de despesas do Estado,...”*

Tais circunstâncias, para o caso de gestão e tráfego de recursos entre contas influencia, a exemplo, eventuais interpretações indevidas de Inscrição de Restos a Pagar sem disponibilidade de caixa, uma vez caracterizada a condição diferenciada de conta única para recursos de Fonte Tesouro Estadual, o que se comprova na compilação unificada das Contas de Governo.

1.2.12 Distinção entre Circulante e Não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses após a data das demonstrações contábeis. Os ingressos extraordinários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso.

1.2.13 Liquidação de Despesas de Exercícios Anteriores

Na liquidação de despesas de exercícios anteriores, o reconhecimento da obrigação a pagar é feita contra a conta de ajustes de exercícios anteriores no patrimônio líquido. **A partir do exercício de 2022**, com a implantação do SIAFE, há a exigência do registro contábil do passivo antes da execução orçamentária no elemento 92 – despesas de exercícios anteriores.

1.2.14 Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

- I. Resultado Patrimonial - A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).
- II. Resultado Orçamentário - O regime orçamentário segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.
- III. Resultado Financeiro - O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraordinários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do Estado.

1.3 Notas Explicativas Das Demonstrações Contábeis

1.3.1 Notas Explicativas do Balanço Orçamentário



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 Orgão : 10000000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
 Poder : 4 - EXECUTIVO
 ADMINISTRAÇÃO DIRETA
 UG : 100001 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA E DEFESA SOCIAL
 Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 15/06/23 11:10

Anexo XII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) =(c-b)
Receitas Correntes (I)	6.100.000,00	2.298.667,00	1.981.784,17	-316.882,83
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	162.568,48	162.568,48
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	6.100.000,00	2.298.667,00	1.819.215,69	-479.805,31
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	354,00	354,00
Receitas de Capital (II)	5.900.000,00	9.701.333,00	9.358.993,63	-342.339,37
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	5.900.000,00	9.701.333,00	9.358.993,63	-342.339,37
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	12.000.000,00	12.000.000,00	11.340.777,80	-659.222,20

Siafe-CE / SEFAZ-CE

Página 1/4



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 Orgão : 10000000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
 Poder : 4 - EXECUTIVO
 ADMINISTRAÇÃO DIRETA
 UG : 100001 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA E DEFESA SOCIAL
 Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 15/06/23 11:10

Anexo XII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	12.000.000,00	12.000.000,00	11.340.777,80	-659.222,20
Déficit (VI)	165.233.273,00	169.493.523,44	161.835.357,63	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	177.233.273,00	181.493.523,44	173.176.135,43	-659.222,20
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	27.194.779,00	27.194.779,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	27.194.779,00	27.194.779,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

Siafe-CE / SEFAZ-CE

Página 2/4



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Orgão : 10000000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
Poder : 4 - EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA
UG : 100001 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 15/06/23 11:10

Anexo XII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
Despesas Correntes (VIII)	138.242.775,00	157.333.493,00	154.107.906,85	140.556.287,43	140.025.409,43	3.225.586,15
Pessoal e Encargos Sociais	12.415.380,00	13.777.126,00	13.538.590,23	13.538.590,23	13.511.307,97	238.535,77
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	125.827.395,00	143.556.367,00	140.569.316,62	127.017.697,20	126.514.101,46	2.987.050,38
Despesas de Capital (IX)	38.990.498,00	24.160.030,44	19.068.228,58	8.551.828,53	8.551.828,53	5.091.801,86
Investimentos	38.990.498,00	24.160.030,44	19.068.228,58	8.551.828,53	8.551.828,53	5.091.801,86
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	177.233.273,00	181.493.523,44	173.176.135,43	149.108.115,96	148.577.237,96	8.317.388,01
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Siafe-CE / SEFAZ-CE

Página 3/4



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Orgão : 10000000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
Poder : 4 - EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA
UG : 100001 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 15/06/23 11:10

Anexo XII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+ XII)	177.233.273,00	181.493.523,44	173.176.135,43	149.108.115,96	148.577.237,96	8.317.388,01
Superávit (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	177.233.273,00	181.493.523,44	173.176.135,43	149.108.115,96	148.577.237,96	8.317.388,01
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE

Siafe-CE / SEFAZ-CE

Página 4/4

BO01 - Composição da Receita Prevista e Realizada

Embora a receita e despesa orçamentária tenham sido detalhadas nos capítulos I e II, exporemos a composição desses valores sob o ponto de vista contábil. A composição contábil das receitas previstas e realizadas estão demonstradas nas tabelas duas tabelas seguintes.

Tabela 01 - Demonstrativo da Composição da Previsão Atualizada

Conta	Valor
52111- Previsão Inicial da Receita Bruta	12.000.000,00
52112- Deduções da Previsão Inicial	0,00
(+)52121- Previsão Adicional da Receita	3.801.333,00
(-)52129 - Anulação da Previsão da Receita	3.801.333,00
(=) Previsão Atualizada	12.000.000,00

Fonte: SIAFE/CE

O valor das receitas realizadas também evidencia o valor líquido da arrecadação e é obtido pela diferença entre os saldos das contas contábeis 6.2.1.2 (Receita Realizada) e 6.2.1.3 (Deduções da Receita Orçamentária). A tabela abaixo apresenta a composição da Receita Orçamentária Realizada.

Tabela 02 - Demonstrativo da Composição da Receita Realizada

Valores Intraorçamentários em 31/12/2022	Valor
621210101 – Receita Realizada	11.447.250,94
(-) 621390101 – Restituições de Receitas Realizadas	-106.473,14
Total	11.340.777,80

Fonte: SIAFE/CE

BO02 - Composição Contábil da Dotação Atualizada e Despesa Fixada e Executada por Tipo de Crédito

A Dotação Inicial é obtida pelo saldo da conta contábil 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial). Já a dotação atualizada é evidenciada pelo valor da dotação inicial mais os créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício, deduzidas as anulações/cancelamentos correspondentes. Dessa forma, é evidenciada pelo somatório das contas: 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial) e 5.2.2.1.2 (Dotação Adicional por Tipo de Crédito), subtraída da conta contábil 5.2.2.1.9 (Cancelamento/Remanejamento de Dotação). A tabela abaixo detalha a composição da dotação atualizada:

Tabela 03 - Demonstrativo da Composição da Dotação Atualizada

Conta	Valor
52211 - Dotação Inicial	177.233.273,00
(+) 52212 - Dotação Adicional por Tipo de Crédito	73.255.633,46
(-) 52219401 - Cancelamento de Dotação	-68.995.383,02
(+) 522190601 – Acréscimo – Remanejamento Interno	59.337.521,58
(-) 522190609 – Redução – Remanejamento Interno	-59.337.521,58
(=) Dotação Atualizada	181.493.523,44

Fonte: SIAFE/CE

A Despesa Empenhada é evidenciada pelo saldo do grupo de contas 6.2.2.1.3 (Crédito Utilizado). A composição da despesa liquidada se dá pelo somatório entre o saldo das contas do grupo 6.2.2.1.3.04 (Crédito Empenhado Liquidado Pago) e 6.2.2.1.3.07 (Empenhos Liquidados Inscritos em

Restos a Pagar Processados). Já a despesa paga é obtida pelo saldo das contas do grupo 6.2.2.1.3.04 (Crédito Empenhado Pago).

As despesas orçamentárias totalizaram o valor atualizado de R\$ 181.493.523,44 (cento e oitenta e um mil quatrocentos e noventa e três reais e quarenta e quatro centavos), detalhadas conforme quadro abaixo:

Dotação atualizada por despesa orçamentária

Despesa Orçamentária	Dotação Atualizada	%
Despesa de pessoal e encargos sociais	R\$ 13.777.126,00	7,59
Outras despesas correntes	R\$ 143.556.367,00	79,10
Investimentos	R\$ 24.160.030,44	13,31
Total	R\$ 181.493.523,44	100,00

FONTE: SIAFE/CE

O plano de contas do Estado do Ceará reflete as diretrizes estabelecidas no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, principalmente, no que se refere ao grau de expansão das contas contábeis, bem como em relação à estrutura de seus demonstrativos contábeis.

No que concerne ao saldo constante em “*Outras despesas correntes*”, constante no Balanço Orçamentário, ressaltamos que se refere ao grupo de natureza da despesa já definido para a elaboração do referido demonstrativo, que está incluído nas despesas por categoria econômica: Despesas correntes.

Observamos que o MCASP na página 411 aborda que o “*Balanço orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação*”.

Embora o valor registrado no grupo de natureza da despesa, “*Outras despesas correntes*”, ultrapasse os 10% do total do grupo das despesas correntes do Balanço Orçamentário, que é alimentado pelas contas orçamentárias do Subgrupo: 6.2.2 – Execução da Despesa, não consta nenhuma conta de designação genérica.

Para melhor compreensão, destacamos que as contas orçamentárias evidenciadas no balanço orçamentário em Outras Despesas Correntes são compostas pelos gastos efetuados nos seguintes elementos de despesas:

- 3 – Outras Despesas Correntes
- 30 – Material de Consumo
- 32 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
- 33 – Passagens e Despesas com Locomoção
- 35 – Serviços de Consultoria
- 36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
- 37 – Locação de Mão-de-Obra

38 – Arrendamento Mercantil

39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica.

No que concerne às despesas previstas, obtivemos índices de execução conforme quadro demonstrativo abaixo, no qual é possível observar um aproveitamento satisfatório, tendo em vista apresentar um índice de execução de aproximadamente 95,42% das despesas orçadas.

Comparativo Execução (Dotação atualizada x Dotação empenhada)

Despesa Orçamentária	Dotação Atualizada	Dotação Empenhada	% Execução
Despesa com pessoal	R\$ 13.777.126,00	R\$ 13.538.590,23	98,27
Outras despesas correntes	R\$ 143.556.367,00	R\$ 140.569.316,62	97,92
Investimentos	R\$ 24.160.030,44	R\$ 19.068.228,58	78,92
Total	R\$ 181.493.523,44	R\$ 173.176.135,43	95,42

Fonte: SIAFE/CE

BO03 - Comparativo entre o Anexo 1 - Demonstração dos Ingressos e Dispêndios segundo as Categorias Econômicas e o Anexo 10 - Comparativo dos Ingressos Orçados com os Arrecadados e o Balanço Orçamentário

Os grupos de receitas orçamentárias na Demonstração dos Ingressos e Dispêndios segundo as Categorias Econômicas estão apresentadas por seus valores brutos e o total de deduções é apresentado em separado, totalizado por categoria econômica - sem referência ao grupo restituído. No Balanço Orçamentário e no Anexo 10 – Comparativo dos Ingressos Orçados com os Arrecadados, a receita orçamentária arrecadada por grupo está apresentada pelos valores líquidos - já descontados os valores restituídos.

Portanto, as diferenças apresentadas entre as receitas do anexo 1 em relação as receitas do anexo 10 e anexo 12 ocorrem em virtude das receitas do anexo 1 serem apresentadas pelo valor bruto e as receitas dos anexos 10 e 12 pelos valores líquidos.

1.3.2 Notas Explicativas do Balanço Financeiro

Balanço Financeiro	NE	Exercícios	
		2022	2021
Ingressos			
Receita Orçamentária	BF01	11.340.777,80	1.811.179,39
Ordinária		0,00	0,00
Vinculada		11.340.777,80	1.811.179,39
Transferências Financeiras Recebidas	BF01	164.832.285,96	121.444.863,11
Recebimentos Extraorçamentários	BF02	24.727.775,06	34.818.582,08
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	BF03	4.280.089,86	6.552.442,51
Total		205.180.928,68	164.627.067,09

Dispêndios			
Despesa Orçamentária	BF01	173.176.135,43	138.688.833,33
Ordinária		157.294.627,91	133.759.808,71
Vinculada		15.881.507,52	4.929.024,62
Transferências Financeiras Concedidas	BF01	15.276,45	0,00
Pagamentos Extraorçamentários	BF02	23.841.092,20	21.658.143,90
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	BF03	8.148.424,60	4.280.089,86
Total		205.180.928,68	164.627.067,09

Fonte: SIAFE/CE

Alteração do formato/Modelo do Balanço Financeiro no exercício de 2022 para enquadramento ao padrão do MCASP e STN

O MCASP apresenta nas páginas 505 a 510 os conceitos, a estrutura e demais informações sobre o Balanço Financeiro. Além disso, a STN editou a IPC 06 - Instrução de Procedimentos Contábeis - que trata de instruções e metodologia para elaboração do Balanço Financeiro.

Assim, visando padronizar o Balanço Financeiro (BF) do Estado do Ceará ao padrão determinado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP - 9ª Edição) e pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) foram realizados ajustes no referido demonstrativo para adequar as normas vigentes.

No grupo dos Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários foram agrupadas na linha Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados as seguintes linhas que constavam no modelo do Balanço Financeiro de 2021: Valores Restituíveis (Consignações do Exercício, Consignações de Exercícios Anteriores e Outros Valores Restituíveis) e Valores Pendentes a Curto Prazo.

Nesta linha, do lado do Recebimentos Extraorçamentários são trazidos o movimento credor das contas contábeis que possuem o atributo financeiro e são extraorçamentarias. Do mesmo modo, do lado dos Pagamentos Extraorçamentários a linha traz as contas com os atributos financeiro e extraorçamentaria com o movimento a débito.

Legislação e manuais aplicáveis:

MCASP - https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:41943

IPC 06 - https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:8730

BF01 - Critérios utilizados na elaboração do Balanço Financeiro

Para o grupo de Receita Orçamentária são consideradas as receitas orçamentárias arrecadadas pelo seu valor líquido (6.2.1.2 - Receita Realizada - 6.2.1.3 - Deduções da receita orçamentária).

As despesas orçamentárias expostas no Balanço Financeiro estão evidenciadas pelo valor empenhado, e esse valor é obtido pelo saldo da conta 6.2.2.1.3 (Crédito Utilizado). O grupo de Transferências Financeiras recebidas (4.5.1) e concedidas (3.5.1) refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará.

Destaca-se que no Balanço Financeiro do exercício de 2022 foram feitos ajustes nos grupos das receitas e despesas orçamentarias no tocante a classificação das fontes em ordinárias e vinculadas. A **adequação** se deu por conta da implantação do padrão de fontes da Página 188 do

Balanço Geral do Estado do Ceará 2022 federação **a partir do exercício de 2023** e para atendimento de recomendações realizadas pelo TCE em processos de contas de unidades gestoras do estado, como por exemplo no Processo TCE nº 24424/2019-0. O padrão de fonte estabelecido pela STN tende a pacificar e uniformizar entendimento sobre recursos de livres aplicações e recursos vinculados.

No grupo de recebimentos extraorçamentários são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial. Da mesma forma, também está inclusa a inscrição de restos a pagar, com o objetivo de compensar o valor da despesa orçamentária imputada como realizada, mas que não foi paga no exercício, conforme determina o parágrafo único do art. 103 da Lei nº 4.320/1964.

Ainda no grupo de Pagamentos Extraorçamentários são evidenciados os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como os relativos a obrigações que representaram ingressos extraorçamentários (devolução de depósitos, cauções, consignações), bem como os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte, representa o saldo inicial e final das contas de caixa e equivalente de caixa (1.1.1) e de ativo financeiro (1.1.3.1.1.99.01, 1.1.3.1.1.99.03, 1.1.3.1.1.99.06, 1.1.3.1.2.99.01, 1.1.3.8.1.06.01, 1.1.3.8.1.99.08, 1.1.3.8.1.99.09, 1.1.3.8.1.99.10, 1.1.3.8.2.06.10, 1.1.3.8.2.06.11, 1.1.3.8.2.06.20, 1.1.3.8.2.99.02 do balancete geral do estado, uma vez que os pagamentos da fonte 100, são realizados diretamente pela conta do tesouro estadual que é administrada por meio da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará – SEFAZ/CE, bem como no que concerne a fonte 248 (BID) é administrada pela Vice Governadoria do Estado do Ceará.

BF02 - Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários

A tabela abaixo evidencia a composição do grupo dos recebimentos de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis:

Tabela 04 - Demonstrativo do Cálculo dos Recebimentos de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.04.03	Depósitos de Terceiros	22.402,63
2.1.8.8.1.99.06	Restituições de Receitas a Pagar	106.474,96
Total		128.877,59

Fonte: SIAFE/CE

Tabela 05 - Demonstrativo do Cálculo dos Pagamentos de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.04.03	Depósitos de Terceiros	22.402,63
2.1.8.8.1.99.06	Restituições de Receitas a Pagar	106.474,96
Total		128.877,59

Fonte: SIAFE/CE

Conforme a IPC 06 - Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro, no item 20, os campos “Outros Recebimentos Extraorçamentários” e “Outros Pagamentos Extraorçamentários” contemplam situações não previstas nos outros grupos, cabendo a cada ente adaptá-los conforme suas necessidades. Geralmente, são valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o “Saldo do Exercício Anterior” e “Saldo para o Exercício Seguinte”.

Dentro deste campo encontra-se os saldos iniciais e saldos finais de algumas contas conforme houve a necessidade de utilização durante do exercício 2022.

BF03 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Os agrupamentos “Saldo em Espécie do Exercício Anterior e Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte” são constituídos pelos subgrupos “Caixa e Equivalentes de Caixa e Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”. O Caixa e Equivalentes de Caixa representam o saldo inicial (Coluna dos Ingressos) e saldo final (Coluna dos Dispêndios) da conta contábil 1.1.1.

BF04 - fatores que podem mais ter influenciado no resultado financeiro.

INGRESSOS		DISPÊNDIOS		DIFERENÇA (R\$)
Receita Orçamentária (I)	11.340.777,80	Despesas Orçamentárias (VI)	173.176.135,43	-161.835.357,63
Transferências Financeiras Recebidas (II)	164.832.285,96	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	15.276,45	164.817.009,51
Recebimentos Extra-orçamentários (III)	24.727.775,06	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	23.841.092,20	886.682,86
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	24.068.019,47	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	23.637.011,82	431.007,65
Inscrição em Restos a Pagar Processados	530.878,00	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	75.202,79	455.675,21
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	128.877,59	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	128.877,59	0,00
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00	0,00
RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO				3.868.334,74

Fonte: SIAFE/CE

O resultado financeiro positivo encontrado no exercício 2022 **deve-se em sua maior parte** a diferença entre as Transferências Financeiras Recebidas (II) e Transferências Financeiras Concedidas (VII) no valor de R\$ 164.817.009,51 conforme tabela demonstrada acima. É de bom alvitre informar que esta Unidade Gestora é executora, sendo sua execução **majoritariamente** custeada por repasses intragovernamentais realizados pela SEFAZ/CE.

1.3.3 Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial (BP1)

Ativo	NE	Exercícios	
		2022	2021
Ativo Circulante		8.606.695,19	4.622.834,26
Caixa e Equivalentes de Caixa		8.148.424,60	4.280.089,86
Créditos a Curto Prazo		0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
Estoques		458.270,59	342.744,40

Ativo Não Circulante Mantido para Venda		0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente		0,00	0,00
Ativo Não Circulante		174.404.030,62	279.026.861,11
Realizável a Longo Prazo		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00
Imobilizado	BP2	165.327.446,96	272.328.839,77
Intangível		9.076.583,66	6.698.021,34
Diferido		0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO		183.010.725,81	283.649.695,37

Passivo	NE	Exercícios	
		2022	2021
Passivo Circulante		530.878,00	75.202,79
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	BP3	19.072,47	75.202,79
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	BP5	1.420,20	0,00
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		0,00	0,00
Transferências Fiscais de Curto Prazo		0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	BP6	510.835,33	0,00
Passivo Não Circulante		0,00	0,00
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo		0,00	0,00
Resultado Diferido		0,00	0,00
Patrimônio Líquido	BP8	182.479.847,81	283.574.492,58
Patrimônio Social e Capital Social		0,00	0,00
Demais Reservas		0,00	0,00
Resultados Acumulados	BP7	182.479.847,81	283.574.492,58
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		183.010.725,81	283.649.695,37

Título	NE	Exercícios	
		2022	2021
Ativo (I)			
Ativo Financeiro		8.148.424,60	4.280.089,86
Ativo Permanente		174.862.301,21	279.369.605,51
Total do Ativo		183.010.725,81	283.649.695,37
Passivo (II)			
Passivo Financeiro		26.088.340,51	28.627.376,39
Passivo Permanente		0,00	0,00
Total do Passivo		26.088.340,51	28.627.376,39
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)		156.922.385,30	255.022.318,98

FONTE: SIAFE/CE

BP01 - Critérios Utilizados na Elaboração do Balanço Patrimonial

Para o preenchimento deste Balanço utilizam-se as classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas do Estado do Ceará, além da classe 8 (Controles Credores) para o quadro referente às compensações. Em observância ao art. 105 da Lei nº 4.320/1964, elaborou-se um quadro anexo ao Balanço Patrimonial que evidencia o total do ativo e passivo financeiro, bem como o ativo e passivo permanente e o saldo patrimonial.

O ativo financeiro é obtido pelo somatório do saldo final das contas do ativo (Grupo 1) que possuem o atributo F. Já o ativo permanente compreende a soma dos saldos das contas do ativo que possuem o atributo P. Obtêm-se o valor do passivo financeiro através do somatório dos saldos finais das contas do passivo (Grupo 2) que possuem o atributo F, o saldo das contas de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar e Restos a Pagar Não Processados a Liquidar Inscrição no Exercício. Por fim, o passivo permanente compreende a soma dos saldos das contas do passivo (Grupo 2) que possuem o atributo P.

Os estoques demonstrados no Balanço Patrimonial são avaliados pelo preço médio ponderado das compras, conforme disposto no art. 106, inciso III da Lei 4.320/64. As Aquisições de materiais de consumo da SSPDS são efetivadas visando suprir suas necessidades, todavia, o tratamento diferenciado exigido pela capilaridade e logística de algumas setoriais internas merece observação, dadas as circunstâncias diferenciadas. Exemplo se demonstra para as seguintes: Coordenadoria Integradas de Operações de Segurança (CIOPS capital e Interior do Estado), Coordenadoria Integradas de Operações Aéreas (CIOPAER capital e Interior do Estado) e Coordenadoria de Inteligência (COIN), as quais funcionam 24 horas, em 04 (quatro) turnos de 06 horas, atendendo diversas ocorrências na área da Segurança Pública, no qual diuturnamente trabalham mais de 300 (trezentos) funcionários, entre Servidores e colaboradores terceirizados, bem como a presença de órgãos externos, tais como, PMCE, PCCE, CBMCE, PEFOCE, GUARDA MUNICIPAL, SAMU, AMC, dentre outros. Consta-nos informar que no período final de cada exercício é realizado o estoque preventivo em regime trimestral, para garantia de material pelo período mínimo de 90 (noventa) dias, tendo em vista o fechamento dos Sistemas do Estado para aquisição de materiais em meados de dezembro, retornando ao funcionamento integral apenas em fevereiro do ano seguinte. A narrada aquisição tem por objetivo dar continuidade aos serviços desenvolvidos por esta Pasta sem que haja prejuízos ao desenvolvimento das rotinas diárias de trabalho desta secretaria. Em análise ao estoque observamos um acréscimo de aproximadamente 33,71%, totalizando um saldo de R\$ 458.270,59 (quatrocentos e cinquenta e oito mil reais, duzentos e setenta reais e cinquenta e nove centavos).

BP2 – Imobilizado

Os elementos do ativo imobilizado, quando tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período. Em 2015, o Estado iniciou os procedimentos contábeis de depreciação e amortização em alguns órgãos, conforme Decreto estadual nº 31.340/2013.

Segue abaixo tabela demonstrando os bens que compõem o imobilizado da SSPDS:

Tabela 06 - Demonstrativo do Imobilizado

Título	Exercícios	
	2022	2021
123100000 - Bens Moveis	199.063.849,84	198.243.513,54
123110100 - Máquinas, Aparelhos, Equipamentos E Ferramentas	24.965.535,45	23.742.819,21
123110200 - Bens De Informática	20.096.866,52	26.894.192,05
123110300 - Móveis E Utensílios	8.198.702,18	3.003.417,44
123110400 - Materiais Culturais, Educacionais E De Comunicação	8.777.000,92	7.502.739,78
123110500 – Veículos	135.384.423,35	136.318.044,35
123110900 – Armamentos	1.583.548,33	782.300,71
123119900 - Demais Bens Móveis	57.773,09	0,00
123200000 - Bens Imóveis	12.371.177,96	112.311.128,93
123210100 - Bens De Uso Especial	12.371.177,96	112.311.128,93
123800000 - (-) Depreciação, Exaustão E Amortização Acumuladas	-46.107.580,84	-38.225.802,70
Total	165.327.446,96	272.328.839,77

Fonte: SIAFE/CE

Tabela 07 - Demonstrativo de Depreciação e Amortização Acumulada de Bens Móveis e Imóveis

Descrição	Exercícios	
	2022	2021
123810100 - (-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	43.930.973,26	36.284.683,56
123810101 - (-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	7.744.488,11	5.409.601,61
123810102 - (-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	13.845.192,81	14.249.378,41
123810103 - (-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	1.171.982,87	782.273,90
123810104 - (-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	2.863.638,25	2.215.800,29
123810105 - (-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS	18.121.660,38	13.513.858,06
123810109 - (-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE ARMAMENTOS	178.507,60	113.771,29
123810199 - (-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS	5.503,24	0,00
123810200 - (-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	2.176.607,58	1.941.119,14
123810201 - (-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE BENS DE USO ESPECIAL	2.176.607,58	1.941.119,14

Fonte: SIAFE/CE

É de bom alvitre informar que o Inventário Sintético de Bens Móveis, apresentado pelo setor de patrimônio da SSPDS apresentou depreciação acumulada de bens móveis no valor de R\$ 43.930.878,04, todavia no balancete consta o valor de R\$ 43.930.973,26, perfazendo uma diferença de R\$ 95,22 (noventa e cinco reais e vinte e dois centavos). A diferença em questão foi motivada por incorreção na Planilha Geral do Inventário, sendo solicitado o **reajuste** por meio da C.I. nº 127/2023/SSPDS/CECOP, sendo procedido o ajuste por meio da **nota patrimonial nº 2023NP000508**, datado de 31 de maio de 2023.

Tabela 08 – Demonstrativo do Intangível

Descrição	Exercícios	
	2022	2021
124000000 – INTANGÍVEL	9.076.583,66	6.698.021,34
124100000 – SOFTWARES	15.373.251,76	11.684.894,64
124110000 - SOFTWARES- CONSOLIDAÇÃO	15.373.251,76	11.684.894,64
124110100 - SOFTWARES	15.373.251,76	11.684.894,64
124110101 - DIREITO DE USO - SOFTWARES	3.641.345,51	0,00
124110102 - SOFTWARES	11.731.906,25	11.694.894,64

124810100 - (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - SOFTWARES	6.296.668,10	4.996.873,30
124810101 - (-) Amortização Acumulada - Softwares	6.296.668,10	4.996.873,30

Fonte: SIAFE/CE

BP3 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

No ano de 2021, Pessoal a Pagar tinha um peso maior, mas perdeu espaço para Encargos Sociais a Pagar que passou a ser o maior compromisso desse subgrupo.

Tabela 09 - Demonstrativo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Especificação	Exercícios	
	2022	2021
Pessoal a Pagar	0,00	0,00
Benefícios Previdenciários a Pagar	0,00	0,00
Benefícios Assistenciais a Pagar	0,00	0,00
Encargos Sociais a Pagar	19.072,47	0,00
Total	19.072,47	0,00

Fonte: SIAFE/CE

BP4 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Tabela 10 - Demonstrativo Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Código	Título	Exercícios	
		2022	2021
213110100	Fornecedores Nacionais	1.420,20	0,00
	Total	1.420,20	0,00

Fonte: SIAFE/CE

BP5 - Valores Restituíveis

A tabela a seguir evidencia a composição da classe dos “Valores Restituíveis”, do subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo:

Tabela 11 - Demonstrativo de Valores Restituíveis

Título	Exercícios	
	2022	2021
218800000 - VALORES RESTITUÍVEIS	510.385,33	0,00
218830000 - VALORES RESTITUÍVEIS - INTER OFSS – UNIÃO	510.179,65	0,00
218830100 – CONSIGNAÇÕES	510.179,65	0,00
218850000 - VALORES RESTITUÍVEIS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	205,68	0,00
218850100 – CONSIGNAÇÕES	205,68	0,00

Fonte: SIAFE/CE

A composição da classe dos “Valores Restituíveis” está sendo detalhada por representar a totalidade do subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo. Esses valores representam as contas contábeis de consignações. É importante destacar, que embora essas contas estejam agregadas no

grupo Diversos, conforme o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a escrituração ocorre em contas contábeis específicas.

BP6 – Composição do Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é composto pelo Capital Social Realizado, Reserva de Reavaliação e Resultados Acumulados.

Segue abaixo a composição dos resultados Acumulados

Tabela 12 - Demonstrativo dos Resultados Acumulados

Título	Exercícios	
	2022	2021
Superávits ou Déficits Acumulados	182.479.847,81	283.574.492,58
Superávits ou Déficits do Exercício	-104.814.249,75	-31.819.299,53
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	283.574.492,58	333.166.703,17
Ajustes de Exercícios Anteriores	3.719.604,98	-17.772.911,06
Total	182.479.847,81	283.574.492,58

FONTE: SIAFE/CE

No que concerne a conta “*Ajustes de Exercícios Anteriores*”, a informação principal que ensejou o acréscimo no valor da narrada conta em relação ao exercício de 2021, está relacionada à correção do valor de inventário dos tombos nºs 116939, 116979 remetidos por meio do processo **NUP nº 10001.005098/2022-59**, bem como pela incorporação de bens intangíveis referente aos Termos de Doação nº 135/2015 e 138/2015, remetido por meio da C.I. nº 233/2022 – CECOP/SSPDS.

Vale salientar que devido à alteração do sistema de contabilidade do estado, do S2GPR para o SIAFE, o saldo final do exercício de 2021 da conta supracitada, foi incorporado à conta Superávit ou Déficits de exercício anteriores, iniciando o exercício de 2022 com saldo R\$ 0,00 na conta Ajuste de Exercícios Anteriores.

Motivado pela migração do sistema contábil do Estado, o escopo dos materiais de consumo cuja incorporação ocorreram anteriormente ao exercício de 2022, foi baixado por meio da operação patrimonial 1097 – Baixa de Material de Consumo de Exercícios Anteriores, cujo lançamento é vinculado à conta “*Ajuste de Exercícios Anteriores*”. Complementarmente segue abaixo a composição da conta em lide.

Saldo Inicial	R\$	0,00
DEA	(R\$	7.285,38)
Incorporação Exercício Anterior	R\$	2.246.379,91
Bx. Material de Consumo Ex. Anterior	(R\$	3.396.839,93)
Ajuste de valor de item do inventário	R\$	3.981.247,94
Estorno de Depreciação Ex. Anterior	<u>R\$</u>	<u>896.102,44</u>
Ajuste de Exercícios Anteriores	R\$	3.719.604,98

BP7 – Superávit/Déficit Financeiro

O Balanço Patrimonial do exercício de 2022 apresentou em seu ativo financeiro o montante de R\$ 8.148.424,60, enquanto o Passivo Financeiro totalizou R\$ 26.088.340,51. Assim, a SSPDS apresentou um Déficit financeiro de R\$ 17.939.915,91. O Ativo Permanente totalizou um montante de R\$ 174.862.301,21, enquanto o Passivo Permanente totalizou R\$ 0,00.

Na tabela que segue, evidencia-se a composição do ativo e passivo financeiro, bem como o cálculo do superávit financeiro com base nas contas contábeis do Plano de Contas.

Tabela 13 - Demonstrativo do Cálculo do Superávit Financeiro Consolidado

Título	Valor
111000000 - Caixa e Equivalente de Caixa	8.148.424,60
Total do Ativo Financeiro	8.148.424,60

Título	Valor
Passivo atributo F	530.878,00
631110101 - RP Não Processados a Liquidar	1.489.443,04
631710101 - RP Não Processados a Liquidar- Inscrição no Exercício	24.068.019,47
Total do Passivo Financeiro	26.088.340,51

Déficit Financeiro	17.939.915,91
---------------------------	----------------------

FONTE: SIAFE

Passivo Atributo F

Título	Valor
211430101 – Contribuições ao RGPS sobre Salários e Remunerações	19.072,47
213110101 – Fornecedores não parcelados a pagar	1.420,20
218830102 – Contribuição ao RGPS	510.179,65
218850108 - ISS	205,68
Total do Passivo Atributo F	530.878,00

Na tabela que segue, evidencia-se a composição do ativo e passivo financeiro, bem como o cálculo do déficit financeiro com base nas contas contábeis do Plano de Contas.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Pública MCASP, passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade como saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Quando o passivo corresponde a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, deve ser classificado como passivo circulante.

Ressalta-se que o conceito de passivo circulante difere do conceito de passivo financeiro da Lei nº 4.320/64, conforme observa-se no §3º do art. 105: “§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária”. Acrescenta-se ainda que o reconhecimento do Passivo Circulante se dá no momento da ocorrência do fato gerador, enquanto o reconhecimento do Passivo Financeiro se dá no momento do empenho.

BP8 – Balanço Patrimonial com nível de detalhamento inferior aos de exercícios anteriores

A estrutura do Balanço Patrimonial seguiu o modelo previsto na 9ª edição do MCASP, válido para o exercício 2022, conforme páginas 515 e 516 do manual. Na estrutura atual emitida pelo SiafiCE houve a redução de um nível nos agrupamentos em relação ao que vinha sendo publicado anteriormente pelo S2GPR.

Composição dos valores registrados nas contas de “Patrimônio Líquido” e “Demais Reservas.

Figura 8 – Composição da Conta Contábil Patrimônio Líquido

Título	Exercícios	
	2022	2021
Capital Social Realizado Consolidação	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	0,00	0,00
Reserva de Reavaliação de Bens Móveis	0,00	0,00
Superávits ou Déficits Acumulados	182.479.847,81	283.574.492,58
Superávits ou Déficits do Exercício	-104.814.249,75	-31.819.299,53
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	283.574.492,58	333.166.703,17
Ajustes de Exercícios Anteriores	3.719.604,98	-17.772.911,06
Lucros e Prejuízos Acumulados	0,00	0,00
Lucros e Prejuízos do Exercício	0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Total	182.479.847,81	283.574.492,58

Fonte: Siafe/CE

BP9 – O Quadro das Contas de Compensação apresenta saldo anterior inconsistente com o saldo final do exercício anterior

O subgrupo 7112 - Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres registram os convênios e os contratos de despesas do Estado. Esses valores eram registrados no sistema SACC da CGE e no módulo de execução orçamentária do S2GPR, sem a devida contabilização no módulo de contabilidade.

Com a implantação do SiafiCE, os referidos contratos e convênios de despesas foram incluídos nos saldos iniciais em 2023 para não prejudicar a execução orçamentária no início do exercício. Ressaltamos que o SiafiCE é um sistema que mantém todos os seus controles na contabilidade por meio de suas contas contábeis e suas estruturas classificatórias. Portanto, sem as entradas (contabilização) das informações não seria possível executar as despesas contratuais de foram automatizada fomentando deduções diretamente na contabilidade.

1.3.4 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Quantitativas	NE	Exercícios	
		2022	2021
Variações Patrimoniais Aumentativas		194.584.286,95	187.201.342,60
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Contribuições		0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		162.568,48	109.146,52
Transferências e Delegações Recebidas		189.287.742,28	128.891.987,31
Valorização e Ganhos com Ativos		0,00	47.775.702,68
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	DV03	5.133.976,19	10.424.506,09

Variações Patrimoniais Diminutivas		299.398.536,70	219.020.642,13
Pessoal e Encargos		13.628.701,14	11.970.197,14
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		0,00	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		152.846.718,69	122.022.067,13
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		0,00	115,57
Transferências e Delegações Concedidas		22.404.025,86	79.080.057,71
Desvalorização e Perda de Ativos	DV02	18.046.218,19	0,00
Tributárias		25.451,29	16.680,70
Custo das Mercadorias Vendidas e serviços Prestados		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	DV04	92.447.421,53	5.923.401,98
Resultado Patrimonial do Período		-104.814.249,75	-31.819.299,53

Fonte: SIAFE/CE

DV01 - Evidenciação Facultativa do Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas da DVP

O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, em sua 6ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 700, de 10 de dezembro de 2014, apresentou algumas alterações na estrutura das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. No que tange às alterações referente à Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP, o manual passou a considerar facultativo a evidenciação do Quadro de Variações Patrimoniais Qualitativas, um dos anexos da DVP, para fins de consolidação a partir do exercício de 2015. Em vista disso, optou-se por não evidenciar mais esse quadro complementar a partir do exercício de 2017, pois as informações que eram apresentadas sobre a execução de despesas orçamentárias que causam **variações qualitativas no patrimônio do estado estão disponíveis no Balanço Orçamentário - BO** e seus quadros anexos.

DV02 - Reavaliação de Bens

A reavaliação dos bens realiza-se quando o valor justo apresenta diferença significativa em realização ao valor contábil de um ativo, possibilitando que haja aumento ou diminuição no valor contábil de um bem.

Tabela 14 - Demonstrativo de Reavaliações Negativas

Especificação	Valor	%
Reavaliação de Bens Imóveis	11.270.387,16	62,45
Reavaliação de Bens móveis	6.775.831,03	37,55
Total	18.046.218,19	100,00

Fonte: SIAFE/CE

No que se refere à reavaliação negativa, os **bens imóveis** também apresentaram a maior representatividade, correspondendo a 62,45% dos bens que reduziram o valor contábil. O detalhamento contendo as movimentações pode ser verificado por meio da conta contábil n. 361110201 "reavaliação de bens de uso especial" junto ao Sistema SIAFECE.

DV03 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

O grupo Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas compreende a Compensação Financeira entre RGPS/RPPS, as Multas Administrativas, as Indenizações e Restituições e as Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos, conforme tabela abaixo:

Tabela 15 - Demonstrativo das Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

Conta contábil	Valor
499000000 - DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	5.133.976,19
499900000 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	5.133.976,19
Total	5.133.976,19

Fonte: SIAFE/CE

As Variações Patrimoniais Aumentativas decorrentes de fatos geradores diversos representa totalidade das Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas. Na tabela a seguir apresenta o detalhamento desse item.

Tabela 16 - Detalhamento de VPA Fatos Geradores Diversos

Conta contábil	Valor
499910102 - Incorporação de Bens Móveis	4.047,91
499910188 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE MATERIAL DE CONSUMO	10.667,70
499910189 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE BENS MÓVEIS	5.118.906,58
499919998 - DEVOLUÇÃO DE DIÁRIAS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	354,00
Total	5.133.976,19

Fonte: SEFAZ

Do total do grupo Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos, **a maior parte é representada pela Transferência de Bens Móveis** relacionados à incorporações advindas do Fundo de Defesa Social do Estado do Ceará – FSPDS. O detalhamento contendo as movimentações pode ser verificado por meio da conta n.499910189 – “*Transferências recebidas de bens móveis*” junto ao Sistema SIAFECE.

Outras Variações Pessoal e Encargos

O grupo Outras variações de Pessoal e Encargos é composto na totalidade pela conta 319230101 – Pessoal Requisitado de Outros Órgãos – Consolidação.

DV04- Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

O grupo Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas é representado por Indenizações e Restituições e Variações Patrimoniais Diminutivas decorrentes de fatos geradores diversos, conforme abaixo:

Tabela 17 - Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

Conta contábil	Valor
399610102 – RESTITUIÇÕES	4.163,05
399620105 – DEVOLUÇÕES DE SALDOS DE CONVÊNIO	6.033,13
399630105 – DEVOLUÇÕES DE SALDOS DE CONVÊNIO	1.468.710,42
399919906 - VPD Decorrente da Baixa de Bens Alienados - Leilão	88.730,45
399919988 – TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE MATERIAL DE CONSUMO	2.210.220,67
399919990 – TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE BENS IMÓVEIS	88.669.563,81
Total	R\$ 92.447.421,53

Fonte: SIAFE/CE

Do total do grupo Variações Patrimoniais Diminutivas decorrentes de fatos geradores diversos, mais de 90% são compostos por transferências de ativos, sendo este o subgrupo de maior

representatividade, devolução de saldos de convênios, transferência ou alienação de bens em leilão. Embora agregado no grupo Diversos, a escrituração ocorre em contas contábeis específicas conforme demonstrado no quadro acima. O detalhamento contendo as movimentações pode ser verificado por meio da conta n. 399919990 – “transferências concedidas de bens imóveis” junto ao Sistema SIAFECE.

Essas situações de concentração de valor no grupos “diversos” ocorre por falta de níveis específicos no Plano de Contas Nacional e devido a características das transações realizadas.

Como os Entes Públicos não têm autonomia para criar níveis no plano de contas para atender suas especificidades, cria-se detalhamento por meio de contas contábeis de modo identificar e individualizar a transação.

1.3.5 Notas Explicativas do Demonstrativo da Dívida Flutuante

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	PAGAMENTO	CANCELAMENTO	
Restos a Pagar Não Processados					
1º Exercício Anterior	26.848.297,33	0	23.271.687,07	2.087.167,22	1.489.443,04
2º Exercício Anterior	1.703.876,27	0	365.324,75	1.338.551,52	0,00
Deste Exercício	0,00	24.068.019,47	0,00	0,00	24.068.019,47
Subtotal	28.552.173,60	24.068.019,47	23.637.011,82	3.425.718,74	25.557.462,51
Restos a Pagar Processados					
1º Exercício Anterior	75.202,79	0,00	75.202,79	0,00	0,00
2º Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deste Exercício	0,00	20.492,67	0,00	0,00	20.492,67
Subtotal	75.202,79	20.492,67	75.202,79	0,00	20.492,67
Restos a Pagar Processados - RETENÇÃO					
1º Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deste Exercício	0,00	510.385,33	0,00	0,00	510.385,33
Subtotal	0,00	510.385,33	0,00	0,00	510.385,33
Depósitos de Diversas Origens	0,00	128.877,59	128.877,59	0,00	0,00
Subtotal	0,00	128.877,59	128.877,59	0,00	0,00
Depósitos de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	28.627.376,39	24.727.775,06	23.841.092,20	3.425.718,74	26.088.340,51

Fonte: SIAFE/CE

DF01 – Composição das Movimentações de Restos a Pagar Processados e Não Processados Evidenciados na Dívida Flutuante do Estado:

Nas colunas de Movimento do Exercício, os valores apresentados são: inscrição, pagamento e cancelamento de Restos a Pagar. As tabelas abaixo apresentam o detalhamento das Baixas de Restos a Pagar ocorridas no exercício atual no Demonstrativo da Dívida Flutuante do Estado:

Tabela 18 - Demonstrativo das Movimentações de Restos a Pagar não Processados da Dívida Flutuante da SSPDS

Restos a Pagar Não Processados (RPNP)	Saldo em 31/12/2022
Movimentação por Pagamento - (631410100)	23.637.011,82
Movimentação por Cancelamento - (631990101)	3.425.718,74
Total	27.062.730,56

Tabela 19 - Demonstrativo das Movimentações de Restos a Pagar Processados da Dívida Flutuante da SSPDS

Restos a Pagar Processados (RPP)	Saldo em 31/12/2022
Movimentação por Pagamento - 632210101	75.202,79
Movimentação por Cancelamento - 632990101	0,00
Total	75.202,79

Fonte: SEFAZ/CECOG

Pela análise do demonstrativo percebe-se que o saldo da dívida para o exercício de 2022 **foi inferior** ao do exercício de 2021 em aproximadamente 13,62%. Essa redução deve-se principalmente pela redução do valor inscrito em restos a pagar no exercício de 2022 em relação ao exercício de 2021.

Os restos a pagar são compostos principalmente pelos contratos de videomonitoramento, serviço de computação em nuvem, comunicação de dados, implantação do sistema de radiocomunicação digital (SRD), manutenção de aeronaves e materiais de consumo e permanente vinculados a convênios de receita e empréstimo BID, cujos valores agregados totalizam a monta de R\$ 21.724.996,10 (vinte e um milhões setecentos e vinte e quatro mil novecentos e noventa e seis reais e dez centavos) que ocorreram no final de dezembro de 2022, dado que somente 5,55% da totalidade dos restos a pagar inscritos em exercícios anteriores não foram liquidados, pagos ou cancelados em 2022. Ressalte-se que a natureza dos eventos cadastrados em R.P. possui situações excepcionais relacionadas a **investimentos** de entrega com cronograma de prazo que ultrapassou o ano calendário **respeitando prazos contratuais** ou se referem a **serviços de natureza continuada** cuja cadência de regime mensal exigiu estimativa (**nota de empenhos estimados**) de serviços relacionados ao mês de dezembro 2022, obviamente apenas passíveis de atesto e liquidação ao encerramento do referido mês, ou seja, em janeiro 2023 subsequente.

Fornecedor	Valor inscrito em RP 2022	%
Teltronic (Sistema de radiocomunicação digital - SRD)	R\$ 2.339.016,78	9,46%
Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará -ETICE	R\$ 2.294.803,05	9,28%
CIOPAER (Helibrás, HBR, Petrobrás e SAFRAN)	R\$ 6.574.776,22	26,59%
Despesa de convênios e BID(Permanente e Serviço)	R\$ 10.516.400,05	42,53%
Demais despesas	R\$ 3.002.778,96	12,14%
Total	R\$ 24.727.775,06	100%

DF02 - Composição da Linha Depósitos de Diversas Origens

A tabela abaixo apresenta detalhadamente a composição do saldo dos Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante da SSPDS:

Tabela 20 - Demonstrativo da composição de depósitos de diversas origens

Código da Conta	Título da Conta	Saldo do exercício anterior	Inscrição	Pagamento	Cancelamento	Saldo para o exercício seguinte
218810403	Depósitos de Terceiros	0,00	22.402,63	22.402,63	0,00	0,00
218819906	Restituições de Receitas a Pagar	0,00	106.474,96	106.474,96	0,00	0,00
Total		0,00	128.877,59	128.877,59	0,00	0,00

Fonte: SIAFE/CE

DF03 Inscrição de Restos a Pagar Processados

A inscrição dos restos a pagar processados considera o valor das consignações retidas e não pagas financeiramente. Desta forma os restos a pagar processados são compostos pelas contas contábeis 632110101 – RP Processados a Pagar, 632710101 RP Processados – Inscrição no Exercício e 632710102 – Restos a pagar Processados Saldo Retenção

DF04 Inscrição de Restos a Pagar Não Processados

A inscrição dos restos a pagar processados considera o valor das contas contábeis 631110101 - RP Não Processados a Liquidar, 631310101 - RP Não Processados Liquidados a Pagar, 631310102 - RP Não Processados Retidos a Pagar, 631710101 - RP Não Processados a Liquidar-Inscrição no Exercício e 631720101 - RP Não Processados em Liquidação – Inscrição no Exercício.

6.3.6 Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa	Exercícios		
	NE	2022	2021
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Ingressos	DFC01	176.301.941,35	131.151.124,46
-Receitas Derivadas e Originárias		162.922,48	109.146,52
-Transferências recebidas		176.010.141,28	123.146.895,98
-Outras Receitas/Ingressos Operacionais	DFC02	128.877,59	7.895.081,96
Desembolsos	DFC01	156.280.765,98	126.446.442,28
-Pessoal e Demais Despesas		156.136.611,94	118.533.935,03
-Juros e encargos da dívida		0,00	0,00
-Transferências concedidas		15.276,45	0,00
-Outros desembolsos operacionais	DFC02	128.877,59	7.912.507,25
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)		20.021.175,37	4.704.682,18
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Ingressos	DFC01	0,00	0,00
-Alienação de Bens		0,00	0,00
-Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		0,00	0,00
-Outros ingressos de investimentos		0,00	0,00
Desembolsos	DFC01	16.152.840,63	6.977.034,83
-Aquisição de Ativo Não Circulante		12.556.666,42	4.084.098,12
-Concessão de Empréstimos e Financiamentos		0,00	0,00
-Outros desembolsos de investimentos		3.596.174,21	2.892.936,71
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)		-16.152.840,63	-6.977.034,83
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Ingressos	DFC01	0,00	0,00
-Operações de Crédito		0,00	0,00
Desembolsos	DFC01	0,00	0,00
-Amortização/Refinanciamento da Dívida		0,00	0,00
-Outros desembolsos de financiamentos		0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)		0,00	0,00
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I+II+III)		3.868.334,74	-2.272.352,65

-Caixa e Equivalentes de caixa inicial		4.280.089,86	6.552.442,51
-Caixa e Equivalente de caixa final		8.148.424,60	4.280.089,86
Varição do Caixa e Equivalente de Caixa		3.868.334,74	-2.272.352,65
Conciliação Contábil-Financeira (IV - V - VI + VII)		0,00	0,00
IV - Saídas de Caixa a Regularizar		0,00	0,00
V - Saídas de Caixa Regularizadas		0,00	0,00
VI - Entradas de Caixa a Regularizar		0,00	0,00
VII - Entradas de Caixas Regularizadas		0,00	0,00
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA AJUSTADO		3.868.334,74	-2.272.352,65

Fonte: SIAFE/CE

DFC01 - Critérios Utilizados na Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é elaborada pelo método direto e evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas em fluxo de atividades das operações, de investimentos e de financiamento.

Os ingressos dos fluxos das operações compreendem as receitas arrecadadas pelo seu valor líquido (6212 - Receita Realizada (-) 6213 - Deduções da receita orçamentária) relativas às atividades operacionais, as transferências recebidas e os outros ingressos operacionais.

Já os desembolsos das operações evidenciam as despesas pagas (6221304 + 6314 + 6322+ 632810102) relativas às atividades operacionais, as transferências concedidas e os outros desembolsos operacionais.

Os ingressos dos fluxos das atividades de investimento compreendem as receitas arrecadadas referentes à alienação de ativos não circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos. Os desembolsos de investimento referem-se às despesas pagas com aquisição de ativos não circulantes, as concessões de empréstimos e financiamentos; e outros desembolsos de investimentos.

Por sua vez, nos ingressos das atividades de financiamento são evidenciadas as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes. Nos desembolsos evidencia-se as despesas pagas com amortização e refinanciamento da dívida.

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa representa a soma dos três fluxos de caixa e a variação do caixa e equivalente de caixa corresponde a diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa (111) do exercício de referência.

A conciliação contábil-financeira evidencia os ajustes nas contas de caixa que representam entradas e saídas de caixa sem a correspondente execução orçamentária. Por sua vez, a variação do caixa e equivalente de caixa ajustado apresenta-se como o somatório da variação do caixa e equivalente de caixa com a conciliação contábil-financeira.

Outros Receitas Derivadas e Originárias

No que concerne a conta Outras Receitas Derivadas e Originárias é composta em sua totalidade pela conta 499919998 – “Devolução de Diárias – Exercícios Anteriores”.

DFC02 - Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais

A tabela abaixo evidencia a composição dos “Ingressos de Valores Restituíveis” que compõe o Quadro dos Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis 2188 - Valores Restituíveis:

Tabela 21 - Demonstrativo dos Ingressos de Valores Restituíveis

Código da Conta	Título da Conta	Valor
218810403	Depósitos de Terceiros	22.402,63
218819906	Restituições de Receitas a Pagar	106.474,96
Total		128.877,59

Fonte: SIAFE/CE

A tabela a seguir evidencia a composição da “Devolução de Valores Restituíveis” que compõe o Quadro dos Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais, calculada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis 2188-Valores Restituíveis:

Tabela 22 - Demonstrativo da Devolução de Valores Restituíveis

Código da Conta	Título da Conta	Valor
218810403	Depósitos de Terceiros	22.402,63
218819906	Restituições de Receitas a Pagar	106.474,96
Total		128.877,59

Fonte: SIAFE/CE

Devido não haver uma previsão no layout da DFC de contas contábeis com essa característica de caixa e equivalentes de caixa, mas sem liquidez imediata, decidiu-se então alocar estes valores em Outros Desembolsos Operacionais, como Valores a Receber.

Tabela 23- Demonstrativo dos outros desembolsos de investimento

A tabela abaixo evidencia a composição dos “Outros Desembolsos de Investimento” que é calculado pelas naturezas de investimento com exceção de bens móveis, imóveis e obras nas contas contábeis: 622130401 - Crédito Empenhado Liquidado Pago, 622130402 - Crédito Empenhado Liquidado Retido Pago, 631410101 - RP Não Processados Pagos, 631410102 - RP Não Processados Retidos Pagos.

	Conta contábil	Natureza Despesa	Exercício Atual
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)			
Desembolsos			3.596.174,21
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS	622130401 - CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	449030 - MATERIAL DE CONSUMO	25.956,00
		449040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	1.314.173,91
	622130402 - CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO RETIDO PAGO	449040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	18.859,79
		449039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.083.072,35
	631410101 - RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	449040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	98.943,51
631410102 - RP NÃO PROCESSADOS RETIDOS PAGOS		449039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	55.168,65

Fonte: SIAFE/CE

Fortaleza, 07 de julho de 2023.

Ranieri Rodrigues Pascoal

Contador da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará